

ATA DA 28ª REUNIÃO CONSELHO DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ORCIORCISPAR – ORGÃO REGULADOR DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Pautas:

- Revisão tarifária do município de Ribeirão Claro;
- Revisão tarifária do município de Nova Santa Bárbara;
- Revisão tarifária do município de Santo Antônio do Paraíso;
- Revisão tarifária do município de Prado Ferreira;
- Situação Econômico-Financeira do ORCISPAR;
- Locação da nova sede do ORCISPAR;
- Notícias


Participantes:

- Thiago Bertele – PRESIDENTE
- Alexandro Feix – CONSELHEIRO
- Rafael C. Machado – CONSELHEIRO
- Vitor Giacobbo - CONSELHEIRO
- Jefferson Lauer Valendorf – CONTADOR ORCIORCISPAR
- Rogel Martins Barbosa – DIRETOR ORCIORCISPAR
- Stefany Rodrigues de Oliveira – TÉCNICA EM SANEAMENTO


Aos 22 de outubro de 2025, às 18:30, realizou-se a 28ª Reunião Ordinária do Conselho de Regulação e Fiscalização do ORCISPAR – Órgão Regulador de Saneamento do Paraná, sob a presidência do Sr. Thiago, com participação dos conselheiros, diretor Rogel Martins Barbosa, equipe técnica, assessoria jurídica e demais participantes.

A reunião foi aberta com invocação à proteção de Deus e iniciou-se com a aprovação da ata da 27ª reunião, sem retificações.


1. Revisão Tarifária – Município de Ribeirão Claro

Revisão extraordinária para implementação da tarifa social. Percentual proposto de 22,76%. A tarifa residencial passará de R\$ 33,87 para R\$ 41,58, e a tarifa social será de R\$ 20,79, beneficiando 661 famílias.  Aprovada por unanimidade.


2. Revisão Tarifária – Município de Nova Santa Bárbara

Percentual proposto de 0,87%. A tarifa residencial passará de R\$ 49,36 para R\$ 49,79. A tarifa social será de R\$ 24,89, beneficiando 190 famílias.  Aprovada por unanimidade.

3. Revisão Tarifária – Município de Santo Antônio do Paraíso

Percentual proposto de 11,95%. A tarifa passará de R\$ 47,73 para R\$ 53,43. A tarifa social será de R\$ 26,72, beneficiando 192 famílias.  Aprovada por unanimidade.


4. Revisão Tarifária – Município de Prado Ferreira

Percentual proposto de 3,35%. A tarifa residencial passará de R\$ 23,48 para R\$ 24,27. A tarifa social será de R\$ 12,13, beneficiando 153 famílias.  Aprovada por unanimidade.

5. Situação Econômico-Financeira do ORCISPAR

Apresentação do repasse trimestral ao CISPAR referente ao rateio das despesas compartilhadas. Segundo trimestre: R\$ 70.000; terceiro trimestre: R\$ 81.000. Resultado orçamentário positivo: R\$ 14.000 (2º tri) e R\$ 295.000 (3º tri). As maiores despesas referem-se à folha de pagamento, diárias e tecnologia da informação.

6. Locação da Nova Sede do ORCISPAR

Apresentado estudo técnico para locação de imóvel na Av. Colombo, Maringá. Valor proposto: R\$ 15.000/mês, com contrato de 10 anos e estrutura física reformada pela locadora, sem custos adicionais ao ORCISPAR. Espaço permitirá expansão da equipe, criação de sala de sessões do conselho, auditório, áreas técnicas e administrativas.  Aprovada por unanimidade.

7. Notícias e Atividades Institucionais

- Visitas técnicas a Nova Santa Bárbara e Santo Antônio do Paraíso.
- Audiência pública em Santo Antônio do Paraíso sobre tarifa social.
- Visita do prefeito de Mariluz – município universalizado com recursos próprios.
- Participação nas audiências públicas sobre projeto de lei estadual para criação de microrregiões de resíduos sólidos e limpeza urbana. ORCISPAR se posicionou contra a proposta por ameaçar a autonomia municipal e impor regulação exclusiva pela AGEPAR.
- Atividades de setembro e outubro: 2 fiscalizações, 13 visitas, 1 ouvidoria, 3 eventos, 3 consultas públicas e 2 audiências públicas.
- Divulgação do evento “Saneamento Rural – Desafios e Soluções” em Marechal Cândido Rondon (04/11), com presença de representantes da ANA, FUNASA, ARIES-ES, AGERPANT-MS, ABRASAN, Itaipu Binacional, prefeitos e parlamentares.

Encerramento:

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 28ª Reunião Ordinária do Conselho de Regulação e Fiscalização do ORCISPAR.

Transcrição da Reunião

00:00:07.480 – Boa noite a todos. É... eu não estou ouvindo, desculpa. Estão me ouvindo?

00:00:14.759 – Sim, estamos ouvindo.

00:00:14.759 – OK, presidente.

00:00:19.840 – Ouvindo, presidente.

00:00:19.840 – Bom, vou dar continuidade aqui, então.

00:00:29.480 – Boa noite a todos. Gostaria, com a proteção de Deus, de declarar aberta a 28ª reunião do Conselho de Regulação e Fiscalização.

00:00:35.600 – A primeira pauta seria a aprovação da ata da 27ª reunião. Peço que permaneçam em silêncio os que forem favoráveis e que se manifestem os contrários.

00:00:58.600 – Como todos permaneceram em silêncio, dou como aprovada a ata da 27ª reunião.

00:01:06.000 – A segunda pauta do dia seria a revisão tarifária do município de Ribeirão Claro. Passo a palavra ao senhor Jefferson.

00:01:20.960 – Boa noite, senhores conselheiros, presidente e demais presentes aqui na reunião do Conselho. Como mencionado pelo nosso presidente, esta é a segunda pauta do dia: revisão tarifária do município de Ribeirão Claro. Pode passar para a próxima página, por favor.

00:01:40.840 – No caso de Ribeirão Claro, estamos no processo de implementação da tarifa social nos municípios. Ribeirão Claro está na primeira região, cujo prazo se encerrou em 30 de setembro, mas estávamos finalizando os estudos técnicos e compilando as informações da assistência social do município.

00:02:05.600 – A situação atual de Ribeirão Claro apresenta cinco categorias tarifárias. A categoria residencial de 10.000 L possui valor mínimo de R\$ 33,87. O município tem quase 11.000 habitantes e está praticamente universalizado, possuindo cerca de 90% de esgoto tratado.

00:02:33.840 – O último aumento em Ribeirão Claro ocorreu em fevereiro, e foi apenas uma correção inflacionária. O percentual agora proposto é de 22,76%, conforme o parecer técnico apresentado para implementação da tarifa social. Serão 661 ligações – ou famílias – beneficiadas, pagando o valor de R\$ 20,79 na categoria social. A categoria residencial comum passaria para R\$ 41,58.

00:03:12.159 – Todas essas alterações foram discutidas com o prestador e com o chefe do Executivo municipal, ressaltando a importância da implementação e da criação da categoria residencial social.

00:03:26.519 – Portanto, senhor presidente e demais conselheiros, a pauta trata da revisão tarifária no município de Ribeirão Claro, no percentual de 22,76%.

00:03:40.360 – Obrigado, Jefferson. Gostaria de abrir para comentários ou dúvidas.

00:03:57.360 – Senhor presidente, só uma dúvida. Boa noite ao senhor e aos demais conselheiros e participantes. Minha dúvida é o seguinte: o período de referência é de janeiro a

dezembro de 2024. E, como o Jefferson comentou, essa última atualização inflacionária de fevereiro já está contemplada ou não?

00:05:12.280 – Conselheiro Sandro, teremos três revisões extraordinárias hoje. A revisão extraordinária não respeita o intervalo mínimo de 12 meses do último aumento. Além disso, ela não inclui a inflação do período, analisando apenas aspectos de receita menos despesa e a inclusão das 661 famílias beneficiadas pela tarifa social. Portanto, apesar do reajuste feito em fevereiro, a correção monetária não está sendo aplicada novamente.

00:05:38.880 – Ah, entendi, Jefferson. Então esta revisão contempla apenas a necessidade decorrente da criação da tarifa social, correto?

00:06:24.599 – Exatamente. É apenas para incluir as 661 famílias. Não entra a inflação do período, pois isso resultaria em duplicidade. O mesmo ocorre em Ribeirão Claro, Santo Antônio do Paraíso e Prado Ferreira — todos casos de revisão extraordinária.

00:06:24.599 – Gostaria de aproveitar o debate. Boa noite, presidente e Jefferson. Então, esse reajuste serve apenas para compensar o desconto concedido às 661 famílias, correto? Elas passarão a pagar menos e os demais usuários cobrirão essa diferença. E em fevereiro haverá o reajuste inflacionário referente a 2024/2025, certo?

00:07:00.080 – Sobre o período, conselheiro Vitor, em fevereiro de 2026 vamos avaliar caso a caso. Mas sim, a lógica é essa: o reajuste atual serve apenas para subsidiar a categoria social. A receita mínima necessária para manter a sustentabilidade financeira precisa atingir cerca de R\$ 450.000 mensais.

00:07:52.360 – Da minha parte, estou satisfeito.

00:07:59.919 – Jefferson, só mais uma questão: o período de referência de janeiro a dezembro de 2024 não contempla a atualização feita em fevereiro. Se contemplasse, o resultado mudaria?

00:08:21.319 – Fizemos uma simulação: ao mesmo tempo em que a receita aumenta, a despesa também aumenta, pois todos os contratos sofrem reajustes. Para evitar mistura de exercícios contábeis, usamos janeiro a dezembro de 2024 como base. O percentual permanece praticamente o mesmo devido à equivalência entre aumento de receita e aumento de despesa.

00:09:24.519 – Tenho outra dúvida. No item 3.8 fala sobre excesso de arrecadação. Quando há excesso, é possível reduzir a tarifa?

00:09:50.200 – Sim. O excesso de arrecadação está previsto na resolução econômica do ORCISPAR. Se o município arrecadou mais do que o previsto, é possível usar esse excedente para reduzir o percentual da revisão. Não é o caso de Ribeirão Claro, mas deixamos registrado porque faz parte do rito normativo.

00:11:03.920 – Entendido, Jefferson. Obrigado.

00:11:09.440 – Por nada.

00:11:17.920 – Após a etapa de comentários e dúvidas, passo à etapa de aprovação. Peço que permaneçam em silêncio os favoráveis e que se manifestem os contrários.

00:11:31.399 – Desta maneira, dou como aprovada a revisão tarifária do município de Ribeirão Claro.

00:11:38.320 – Passando à próxima pauta: revisão tarifária do município de Nova Santa Bárbara. Devolvo a palavra ao senhor Jefferson.

00:11:45.480 – Senhor presidente, demais conselheiros, dando sequência à terceira pauta, que é a revisão extraordinária do município de Nova Santa Bárbara. O último aumento foi em dezembro do ano passado. Então, por mais que esteja completando um ano agora, nós respeitamos esse intervalo e fizemos uma revisão extraordinária.

00:11:45.480 – Atualmente, eles têm duas categorias: a residencial, no valor de R\$ 49,36, e a comercial, no valor de R\$ 90,31, ambas para 10.000 L. É uma cidade com cerca de 4.200 habitantes, que ainda não possui cobertura de esgoto tratado no município.

00:11:45.480 – Como o SAMAE de Nova Santa Bárbara está em situação confortável, com equilíbrio orçamentário entre receita e despesa, ao realizarmos o cálculo e a simulação do percentual, chegamos a um percentual de apenas 0,87%. A tarifa de R\$ 49,36 passa para R\$ 49,79. Esse resultado se deve ao fato de que o SAMAE está com uma situação econômica bem estruturada.

00:11:45.480 – Para incluir as 190 famílias que serão contempladas com 50% de desconto, vamos criar, além das categorias já existentes, a categoria residencial social, no valor de R\$ 24,89. O impacto necessário é de cerca de R\$ 9.000,00 a mais de receita por mês, mas o percentual de aumento da tarifa de água é de apenas 0,87% no município de Nova Santa Bárbara. Passo a palavra ao senhor presidente para dar sequência.

00:13:47.160 – Gostaria de passar para a etapa de comentários, dúvidas ou sugestões.

00:14:00.880 – Como não temos comentários ou dúvidas, gostaria de passar para a etapa de aprovação.

00:14:11.639 – Peço que permaneçam em silêncio os favoráveis e que se manifestem os contrários. Perdão, hoje minha cabeça não está muito boa... Peço que se manifestem os contrários e permaneçam em silêncio quem estiver a favor.

00:14:28.600 – Desta maneira, dou como aprovada a revisão tarifária do município de Nova Santa Bárbara.

00:14:35.240 – Passando para a próxima etapa, gostaria de passar a palavra novamente ao senhor Jefferson para tratar da revisão tarifária do município de Santo Antônio do Paraíso.

00:14:54.120 – Bom, senhores conselheiros, dando sequência, temos mais um caso de revisão extraordinária, agora do município de Santo Antônio do Paraíso. O último aumento foi na mesma época de Ribeirão Claro, em fevereiro de 2025. Para não haver sobreposição de

períodos, utilizamos apenas receita, despesa e o número de pessoas que serão beneficiadas. Não está contemplada a correção inflacionária do período. Pode passar para a próxima página, por favor.

00:15:58.199 – No caso de Santo Antônio do Paraíso, o município possui duas categorias: residencial e comercial. Atualmente, o valor da categoria residencial para 10.000 L é de R\$ 47,73. É um município com cerca de 2.000 habitantes e que, infelizmente, ainda não possui esgoto tratado, embora já estejamos em conversas para explicar as soluções de esgotamento, inclusive as soluções individuais que regulamentamos e que os senhores aprovaram na última ou penúltima sessão.

00:15:58.199 – A proposta é criar a categoria social, com tarifa de R\$ 26,72. Para isso, precisamos de um percentual de aumento de 11,95% na tarifa de água. A despesa média do SAMAE é de aproximadamente R\$ 56.000,00. Para atender as 192 famílias que serão beneficiadas pela tarifa social, após triagem junto à assistência social, a receita precisa chegar a aproximadamente R\$ 64.000,00. Portanto, o percentual proposto é de 11,95%, e a tarifa residencial passa de R\$ 47,73 para R\$ 53,43.

00:16:35.480 – Um adendo sobre Santo Antônio do Paraíso: tivemos, e ainda vamos abordar isso nesta reunião, uma audiência pública na Câmara de Vereadores, com participação da equipe do SAMAE e dos vereadores, na qual explicamos a importância do cumprimento da legislação federal e o motivo do aumento de 11,95%.

00:16:59.160 – Considerando que teremos 192 famílias beneficiadas pela tarifa social, essa é a proposta de revisão extraordinária para Santo Antônio do Paraíso. Fico à disposição, caso tenham dúvidas.

00:17:10.880 – Senhores conselheiros, alguém tem alguma dúvida ou algo a comentar?

00:17:23.839 – Desta maneira, passo para a etapa de votação.

00:17:28.840 – Peço que permaneçam em silêncio os favoráveis e que se manifestem os contrários.

00:17:37.520 – Desta maneira, dou como aprovada a revisão tarifária do município de Santo Antônio do Paraíso.

00:17:44.200 – Passando para a próxima pauta, trata-se da revisão tarifária do município de Prado Ferreira. Gostaria de devolver a palavra ao senhor Jefferson.

00:17:44.200 – Senhores, a revisão extraordinária de Prado Ferreira contempla a criação da categoria residencial social. É um município com cerca de 3.700 habitantes, quase 2.000 ligações, e que está universalizado na área de esgoto, com praticamente 100% da cidade atendida por esgotamento sanitário.

00:18:17.919 – O percentual proposto é de 3,35% de aumento. Prado Ferreira possui um SAMAE com boa sustentabilidade econômico-financeira e orçamentária, por isso o percentual

não é tão alto, mesmo considerando que 153 famílias serão beneficiadas com desconto na tarifa social.

00:18:17.919 – As categorias atualmente existentes são: residencial, comercial, pública e industrial. Teremos o acréscimo da categoria residencial social. Com o percentual proposto, a tarifa residencial passa de R\$ 23,48 para R\$ 24,27, e a residencial social é criada no valor de R\$ 12,13. Essa é a situação, senhor presidente. Proponho, portanto, o aumento de 3,35% na tarifa de água no município de Prado Ferreira.

00:19:29.080 – Gostaria de abrir para dúvidas ou comentários, senhores conselheiros.

00:19:37.840 – Senhor presidente, gostaria de fazer um comentário. Não sei por quê, mas Prado Ferreira tem aproximadamente 1.900 ligações e a tarifa, mesmo atualizada, é de R\$ 24,00, enquanto temos municípios do mesmo porte com tarifa de R\$ 50,00 e ainda com déficit. Vocês identificaram por que existe tanta diferença entre municípios de tamanhos semelhantes no mesmo estado?

00:20:13.919 – Um dos pontos que identifiquei está relacionado aos custos. Primeiro, o SAMAE de Prado Ferreira realizou recentemente automação industrial, que estamos inclusive incentivando em outros municípios. A automação reduziu bastante o gasto com energia elétrica.

00:20:13.919 – Outro ponto importante é que o município possui 100% de esgoto tratado, recebendo 60% a mais sobre o valor da tarifa em relação a quem não tem esgoto. Alguns custos são fixos, independentemente de haver esgoto ou não, como salários de diretor, contador e jurídico. Assim, mesmo que a tarifa de água esteja em R\$ 24,00, com o acréscimo de 60% de esgoto, a receita aumenta significativamente, além de uma boa gestão orçamentária.

00:21:13.919 – O SAMAE de Prado Ferreira manteve, por muito tempo, uma tarifa muito baixa. O ORCISPAR propôs, há cerca de dois anos, um aumento superior a 30%. Estamos adequando gradualmente a tarifa à realidade, considerando que, mesmo com boa gestão, existem obrigações ambientais a serem cumpridas e que exigem investimentos.

00:21:59.559 – Entendemos que os custos fixos são semelhantes para quem tem esgoto e para quem não tem, e isso acaba comprometendo as finanças de quem não tem a receita adicional do esgoto.

00:22:17.400 – Está OK. Mais alguém, senhores conselheiros?

00:22:27.480 – Desta maneira, gostaria de passar para a etapa de votação.

00:22:32.760 – Peço que permaneçam em silêncio os favoráveis e que se manifestem os contrários.

00:22:41.640 – Desta maneira, dou como aprovada a revisão tarifária do município de Prado Ferreira.

00:22:49.080 – Passando para a próxima etapa, trata-se da situação econômico-financeira do ORCISPAR. Por gentileza, senhor diretor, para quem devo passar a palavra?

00:23:02.240 – Jefferson, né? Vamos continuar ainda com o contador, com os números.

00:23:09.000 – OK, senhor Jefferson, gostaria de devolver a palavra ao senhor.

00:23:09.000 – Esta abordagem é a minha última pauta. Vou tratar da situação financeira e econômica do ORCISPAR e da aprovação do repasse do rateio que já aprovamos no primeiro semestre, referente ao valor de “condomínio” do ORCISPAR para o consórcio. Pode passar para a próxima página, por favor.

00:24:33.159 – No segundo trimestre de 2025, para contextualizar, nós temos algumas despesas que o ORCISPAR não paga diretamente, pois utilizamos uma sala dentro da estrutura do consórcio, em imóvel de propriedade do CISPAR. O pagamento dessas despesas é feito pelo consórcio em seu centro de custos, e nós realizamos um pagamento de rateio, semelhante a um aluguel/condomínio.

00:24:33.159 – Estamos demonstrando os principais gastos dos quais não fazemos o pagamento direto: rastreamento dos veículos de fiscalização, uso do site, e-mail, telefonia, seguro predial, internet, energia e também combustível. Tudo isso é pago pelo consórcio e não diretamente pelo ORCISPAR, motivo pelo qual precisamos realizar o rateio.

00:24:33.159 – Esse rateio é feito na proporção de 20%. Ou seja, se há uma despesa de R\$ 10,00 relacionada ao uso pelo ORCISPAR, R\$ 2,00 são arcados pelo ORCISPAR por meio de repasse. Chegamos ao valor mensal de aproximadamente R\$ 26.000,00, totalizando cerca de R\$ 70.000,00 por trimestre, que devem ser repassados pelo ORCISPAR ao consórcio para pagamento dessas despesas.

00:24:33.159 – Vale ressaltar a última linha da tabela, referente à terceirização: temos alguns cargos terceirizados via empresa contratada, como fiscais e auxiliares administrativos, cujo pagamento é feito pelo consórcio, por questão contratual. Esses valores também estão incluídos nesse rateio.

00:24:33.159 – Esse é o rateio trimestral do segundo trimestre. Pode passar para a próxima página, por favor.

00:25:59.840 – Agora temos o rateio do terceiro trimestre, de julho a setembro. Todas as despesas se mantêm as mesmas, com diferença nos valores de terceirização, rastreamento, energia (COPEL), que variam mês a mês, mas a sistemática permanece igual: aplicamos o rateio de 20% sobre as despesas compartilhadas.

00:25:59.840 – Nesse terceiro trimestre, o valor mensal ficou em torno de R\$ 27.000,00, somando aproximadamente R\$ 81.000,00 no trimestre. Vale ressaltar que, nesse período, tivemos a contratação de um técnico em saneamento para reforçar a fiscalização, o que aumentou o gasto com terceirização.

00:25:59.840 – Esse é o repasse devido no terceiro trimestre: cerca de R\$ 70.000,00 no segundo trimestre e R\$ 81.000,00 no terceiro. Na próxima página, temos o resultado orçamentário do ORCISPAR.

00:27:08.640 – No primeiro trimestre, finalizamos praticamente no zero a zero, por vários motivos já abordados em reunião anterior. No segundo trimestre, tivemos receita de aproximadamente R\$ 514.000,00 e despesa de cerca de R\$ 499.000,00, com resultado positivo de R\$ 14.000,00.

00:27:08.640 – No terceiro trimestre, houve melhora: a receita foi de aproximadamente R\$ 794.000,00, com a despesa se mantendo em torno de R\$ 499.000,00, resultando em superávit de R\$ 295.000,00.

00:27:34.000 – Apenas desmembrando algumas despesas principais: no segundo trimestre, dos R\$ 499.000,00, cerca de R\$ 280.000,00 foram gastos com folha de pagamento; R\$ 35.000,00 com diárias (deslocamentos da equipe técnica para fiscalizações, da diretoria, contabilidade regulatória, audiências etc.); e aproximadamente R\$ 26.000,00 com serviços de tecnologia da informação (sistema de regulação, rastreamento, controle de envio de informações aos municípios).

00:28:42.880 – No terceiro trimestre, a despesa total se manteve na faixa de R\$ 499.000,00. A despesa com folha de pagamento ficou em torno de R\$ 270.000,00, um pouco menor que no trimestre anterior, e as diárias ficaram na faixa de R\$ 34.190,00, referentes ao deslocamento dos colaboradores.

00:28:42.880 – As despesas com TI permaneceram próximas de R\$ 26.000,00, por se tratar de contrato. Outras despesas com pessoa jurídica somaram cerca de R\$ 21.000,00, incluindo manutenção de veículos, serviços diversos e melhorias na estrutura física.

00:29:42.640 – Consolidando, tivemos resultado positivo de cerca de R\$ 295.000,00 no terceiro trimestre, muito em função da regularização de inadimplências de alguns municípios no primeiro semestre. O diretor Rogel realizou visitas e tratativas, o que contribuiu para esse superávit orçamentário.

00:30:09.039 – Então, essa é a prestação de contas que gostaria de apresentar, juntamente com a questão da aprovação do rateio a ser pago ao consórcio. Fico à disposição para quaisquer dúvidas.

00:30:22.360 – Jefferson, eu gostaria que voltasse à planilha do rateio do terceiro trimestre. Na parte de energia (COPEL), aqui para mim aparece em branco. E, na linha de combustível, também não está fechando o valor.

00:30:53.279 – Acho que houve algum problema no preenchimento da planilha, provavelmente alguma fórmula que não foi vinculada corretamente.

00:31:11.600 – É, ali não fecharam os números. Peço que seja feita uma verificação e, caso haja alteração, comunico aos senhores qualquer ajuste no valor. Provavelmente foi algum erro de fórmula.

00:31:35.559 – Jefferson, só para esclarecer: esse erro visual na planilha impacta o resultado que você apresentou?

00:31:41.919 – Não. Vou verificar, mas, a princípio, não impacta o resultado final. Preciso conferir como as fórmulas estão estruturadas na planilha. Caso haja alteração, comunico os senhores, inclusive na próxima reunião, se necessário.

00:32:14.320 – Se alguém tiver mais alguma dúvida, fico à disposição.

00:32:21.240 – Pessoal, senhores conselheiros, mais alguma dúvida?

00:32:31.519 – Jefferson, pelo que entendi, essa pauta não entra em votação, certo?

00:32:38.679 – Isso. É apenas uma apresentação para ciência dos senhores conselheiros, por se tratar de ação administrativa. Como envolve recursos orçamentários da nossa receita, o diretor de regulação achou pertinente apresentar para conhecimento e transparência de todos.

00:33:07.600 – Obrigado. Então, continuando, passando à próxima pauta: locação da nova sede do ORCISPAR.

00:33:14.000 – Senhor diretor, essa pauta eu devo encaminhar a palavra a quem, por gentileza?

00:33:20.799 – Eu vou assumir inicialmente, senhor presidente, e depois passo para a Stephanie, porque temos um estudo técnico sobre isso.

00:33:26.279 – O primeiro ponto é a necessidade institucional. Os senhores conhecem a nossa sede atual; estamos no limite da capacidade física. Todos os servidores estão alocados lá e o espaço está totalmente ocupado.

00:33:32.000 – Poderíamos pensar em uma eventual construção no mesmo terreno do CISPAP, mas seria um custo elevado e não temos caixa para iniciar uma obra. Então, a locação é a proposta que consideramos mais viável.

00:34:25.800 – Como nossa capacidade física está esgotada, podem observar nas fotos que já temos duas mesas lado a lado, aproveitando cada espaço possível. Precisamos expandir para atender Maringá, que já se consorciou, está em fase de assinatura do contrato de programa, e também outros municípios regulados que estão chegando.

00:34:25.800 – Precisamos ampliar nossa estrutura, mesmo com investimentos em tecnologia. Hoje temos em torno de 11 pessoas trabalhando, e acreditamos que, em 10 anos, teremos cerca de 21 ou 22 servidores.

00:34:25.800 – Também precisamos de uma sala específica para as sessões deste Conselho se reunirem presencialmente, o que hoje não temos. O máximo que conseguimos usar é a sala da diretoria, que os senhores veem ao fundo, e que é insuficiente para sessões formais.

00:34:25.800 – Precisamos de sala de sessão do Conselho, sala de reunião, espaço para novos servidores, espaço para atendimento ao público – hoje o atendimento ocorre praticamente dentro da área interna de trabalho – e, enfim, de uma estrutura compatível com a nova fase de expansão do ORCISPAR.

00:35:13.000 – Com isso em mente, passamos a buscar um prédio que pudesse nos atender por pelo menos 10 anos. Nossa previsão é que, nesse período, cheguemos à equipe máxima que mencionei e consigamos atender à demanda crescente de regulação.

00:35:51.440 – Também precisamos de espaço para a futura coordenadoria de regulação, que já está prevista, mas ainda não implantada fisicamente. Portanto, não é apenas uma sala para o Conselho, mas um conjunto de ambientes funcionais.

00:36:32.240 – Além disso, precisamos de espaço para atendimento ao público, salas para novos servidores, para reuniões, para treinamento, e para atividades híbridas e online.

00:36:51.440 – Com base nisso, começamos a buscar um imóvel de fácil acesso em Maringá, com estacionamento tanto para os nossos veículos quanto para receber os regulados que nos visitam, e, se possível, com condições para realização de pequenos cursos e eventos.

00:37:02.800 – Hoje encontramos uma área que julgamos adequada e que vamos justificar e apresentar ao Conselho para deliberação sobre a locação e mudança. Uma grande vantagem é que encontramos uma proprietária disposta a fazer toda a infraestrutura interna de acordo com um projeto que desenvolvemos.

00:37:50.000 – Não se encontra facilmente um barracão já preparado com divisórias, sala de conselho, sala da diretoria, ambientes de trabalho etc. Esta proprietária, porém, está disposta a adaptar tudo conforme nosso layout.

00:38:21.440 – A Stephanie vai apresentar agora os imóveis que avaliamos para comparação e, depois, eu retorno para concluir.

00:38:28.000 – Acho que a Stephanie pode assumir a partir daqui. Depois eu retorno para concluir.

00:38:33.400 – Sim. Boa noite, senhores conselheiros.

00:38:38.880 – A partir de agora, como o diretor explicou, eu ajudei na busca dos imóveis. Fizemos um estudo técnico considerando principalmente via de fácil acesso.

00:38:46.839 – Os senhores conhecem Maringá e sabem que a Avenida Colombo é uma via principal na cidade. O primeiro imóvel que apresento para comparação fica na Avenida Colombo. Analisamos diversos imóveis, pesando custo, espaço, estacionamento – como disse o diretor – e localização.

00:39:05.400 – Este imóvel na Avenida Colombo tem localização muito boa. O valor por metro quadrado sairia por R\$ 33,75, totalizando cerca de R\$ 9.800,00 de aluguel.

00:39:28.960 – Porém, este imóvel não incluiria reforma. Toda a adequação elétrica, climatização e divisórias seria custeada pelo ORCISPAR, o que exigiria um aporte significativo para reforma antes da mudança.

00:39:47.880 – Um segundo imóvel é um prédio novo localizado na Avenida Mário Capier, também em Maringá. Ele não tem uma localização tão ideal quanto a Avenida Colombo, mas, por ser novo, chamou nossa atenção.

00:40:05.680 – Tem área de 300 m², porém sem área de estacionamento interna. Teríamos que fechá-lo, perdendo uma parte importante para expansão. Na prática, ficaríamos quase com o mesmo espaço que temos hoje, com pouca ampliação, sem conseguir atender adequadamente as demandas de sala de conselho, sala de reunião e atendimento ao público.

00:40:17.880 – Dessa forma, ele não se mostrou viável, embora o preço por metro quadrado fosse menor. Tornou-se apenas uma opção de estudo por ser um imóvel novo e com preço dentro do padrão, mas com limitações de espaço e funcionalidade.

00:40:52.640 – Um terceiro imóvel que encontramos fica na Avenida Teixeira Mendes, que também tem fácil acesso ao CISPAR e à Avenida Colombo. Não é uma avenida de acesso difícil, mas os barracões que encontramos ali tinham um valor muito mais alto, chegando a R\$ 69,75 por m².

00:41:10.560 – Além disso, não havia estacionamento adequado e a reforma também ficaria por nossa conta. O estacionamento era apenas frontal, de forma que nossos veículos ficariam expostos durante a noite e fins de semana, sem área segura para a frota.

00:41:40.960 – Em meio a essa busca, encontramos o imóvel que hoje consideramos mais vantajoso, também localizado na Avenida Colombo.

00:41:46.839 – Ele fica próximo a postos de combustível que aceitam os cartões que utilizamos para abastecer. O valor por metro quadrado é de R\$ 48,36, o que consideramos razoável, comparando com outros prédios, inclusive na mesma avenida.

00:41:58.480 – A grande vantagem é que o prédio será totalmente reformado pela locadora. Anteriormente, o prédio foi um banco e, depois, um bar. A decoração está personalizada, com muito gesso e elementos que não atendem ao nosso uso institucional.

00:42:12.160 – Toda essa estrutura será retirada por conta da proprietária, o que evitará custos altos com remoção de gesso e destinação de resíduos, que exigiriam caçamba específica.

00:42:32.359 – Outro diferencial é que o prédio já possui climatização com ar-condicionado central, remanescente do banco. A proprietária se propôs a entregar o ar-condicionado em pleno funcionamento, com dutos instalados conforme nosso projeto.

00:42:57.119 – A parte elétrica também será refeita, e toda a infraestrutura para rede lógica ficará pronta para apenas entrarmos com nossos equipamentos.

00:43:04.280 – Aqui, temos uma imagem do projeto que apresentamos à proprietária e que ela aceitou.

00:43:59.760 – Na parte inferior da imagem está a entrada principal. À direita, teremos a recepção. À esquerda, uma sala de reunião e atendimento. Em frente à recepção, uma sala do Conselho, que também poderá funcionar como microauditório para minicursos, palestras e transmissões.

00:44:22.480 – À esquerda da imagem, o salão maior será destinado à fiscalização e regulação, com as estações de trabalho já aprovadas por este Conselho em reunião anterior.

00:44:50.480 – A proprietária deixará toda a infraestrutura elétrica preparada para suportar essas estações.

00:45:02.480 – Nos fundos do pavimento térreo, após a escada, teremos uma cozinha, uma sala para contabilidade, uma sala para o jurídico e uma possível sala para a coordenação de regulação, como o diretor já explicou, além de banheiros com acessibilidade, que também serão construídos pela proprietária.

00:45:28.880 – No pavimento superior, teremos uma pequena recepção, onde ficará a assistente do diretor, e a sala do diretor. Haverá uma sala de máquinas para o sistema de ar-condicionado central.

00:45:54.040 – Por ter sido um banco, o prédio possui um cofre, que poderá ser utilizado como depósito para guardar equipamentos da fiscalização, como drone, computadores e outros materiais sensíveis.

00:46:13.160 – Nos fundos, temos as vagas de estacionamento: inicialmente, sete vagas para a frota, mas, com organização, é possível acomodar mais veículos em visitas rápidas.

00:46:28.559 – Esse foi o projeto apresentado à proprietária, que se dispôs a executar todas essas adaptações e alugar o prédio pelo valor de R\$ 15.000,00.

00:46:45.920 – Um ponto importante é que, além das divisórias internas, ela fará toda a fachada externa, seguindo um padrão arquitetônico que definirmos. O que ficará para nós será a instalação das logomarcas e comunicação visual, dentro deste padrão.

00:47:05.640 – Estimamos que, se fôssemos realizar toda essa infraestrutura por conta própria, em qualquer um dos outros prédios, o custo ficaria entre R\$ 200.000,00 e R\$ 300.000,00, dependendo do imóvel escolhido. Ao assumirmos um prédio já reformado pela proprietária, evitamos esse investimento, que não é recuperável ao fim do contrato.

00:47:34.880 – Outra exigência nossa, aceita pela proprietária e pela imobiliária Máxima, que faz a gestão do imóvel, é que o contrato seja de 10 anos. Não queremos correr o risco de, com contratos curtos, o imóvel ser pedido de volta em poucos anos.

00:48:12.160 – Nossa previsão de expansão é de 10 anos para atingir cerca de 21 ou 22 servidores, conforme dimensionamos as áreas internas. O prédio atenderia essa demanda nesse horizonte de tempo.

00:48:30.079 – O prédio é de fácil acesso. Fica praticamente na esquina com a Avenida Paraná, quase em frente a um posto de combustível, numa região conhecida da cidade. É o antigo prédio do Banco Itaú.

00:48:46.599 – O bar/casa noturna que funcionou depois não fez grandes alterações estruturais; basicamente pintou tudo de preto. A proprietária fará a reforma completa.

00:49:05.200 – Há também um sistema de câmeras já instalado, que será revisado e entregue em funcionamento, assim como o ar-condicionado central e todas as divisórias.

00:49:42.720 – Na prática, as salas da recepção, atendimento, reunião, conselho e demais espaços serão entregues prontos para uso, cabendo a nós apenas colocar a mobília e nossa identidade visual.

00:50:12.280 – Isso torna a mudança muito mais econômica do que custear uma reforma completa por conta própria.

00:50:40.040 – Ali perto, como mencionado, temos um posto que recebe o cartão de abastecimento da nossa frota, o que facilita a logística.

00:51:01.000 – Para os conselheiros que vêm de outras regiões do Estado, o acesso é fácil: quem vem pela Rodovia do Café entra e já passa pela frente; quem vem de Londrina segue praticamente em linha reta; quem vem de Campo Mourão entra pelo Catuaí e segue reto; quem vem do lado de São Paulo entra pela Morangueira e, ao chegar na Colombo, vira à direita e segue em linha reta.

00:51:49.160 – Para os servidores, a localização também é melhor: há o Restaurante Popular do município, onde podem almoçar por cerca de R\$ 3,00, o que facilita a vida de quem hoje precisa levar marmita ou comer em locais mais caros e distantes.

00:52:27.920 – Uma dificuldade atual é até mesmo conseguir estagiários, pela distância da sede do CISPAP em relação ao centro urbano. Embora sempre tenhamos sido muito bem acolhidos pelo CISPAP, chegou o momento de expansão em que precisamos de um espaço próprio.

00:52:53.160 – Embora o caixa esteja hoje com um pouco mais de R\$ 300.000,00, é um recurso que precisamos manter como reserva. O acréscimo mensal de despesa com aluguel seria de R\$ 15.000,00, mas, por outro lado, haverá decréscimo no rateio pago ao CISPAP, pois deixaremos de utilizar alguns serviços.

00:53:25.640 – Nosso parecer, enquanto diretoria, é favorável a este novo local.

00:53:37.920 – A proprietária informou que, em no máximo três meses após a assinatura do contrato, entrega o prédio pronto para nossa mudança. Começaríamos a pagar o aluguel apenas quando o prédio estivesse pronto para uso.

00:53:49.960 – Caso este Conselho delibere favoravelmente hoje à mudança, iniciaremos o processo de contratação por dispensa de licitação, conforme o artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, cumprindo todos os requisitos legais.

00:54:18.640 – Ao final, ainda haverá parecer jurídico, que poderá ser favorável ou não. Então, mesmo com a aprovação do Conselho, teremos outras etapas formais até a assinatura do contrato definitivo e o início da obra pela proprietária.

00:54:53.359 – Em resumo, entendemos que este é o local mais vantajoso e economicamente viável no cenário analisado.

00:55:05.599 – Lembrando que, embora hoje tenhamos condições de assumir essa despesa mensal de R\$ 15.000,00, também temos perspectiva de aumento de arrecadação, com novos municípios ingressando na regulação, especialmente Maringá, que pode representar um incremento de cerca de 50% na nossa arrecadação.

00:55:38.000 – Dessa forma, entendemos que o aluguel não deve comprometer nosso orçamento, mas tudo isso será detalhado e comprovado no processo de contratação.

00:55:43.839 – Nosso anseio é a mudança, em razão do crescimento institucional. É a chamada “dor do crescimento”: a estrutura ficou pequena, a “calça ficou curta”, e precisamos “trocar de roupa”, no sentido de ampliar a sede.

00:56:00.960 – Nosso parecer, enquanto diretoria, é favorável à locação neste local, por conta da localização, da estrutura e das facilidades oferecidas pela proprietária, bem como pelo prazo de 10 anos, que nos dá segurança para planejar a expansão.

00:56:41.480 – Era isso, senhor presidente. Estamos à disposição.

00:56:48.359 – Obrigado, senhor diretor. Gostaria de abrir aos senhores conselheiros para comentários ou dúvidas.

00:56:53.520 – Senhor presidente, não é exatamente uma pergunta, mas um esclarecimento sobre a situação do aluguel. Pelo que entendi, é um imóvel de pessoa física, ainda que administrado por imobiliária. O pagamento será para pessoa física?

00:57:06.079 – Se for, é importante considerar que a pessoa física paga 27,5% de imposto de renda sobre o valor recebido em aluguéis, o que impacta bastante. Em experiências anteriores, já houve confusão sobre quem arcaria com o imposto. É importante que isso esteja claro desde já, para evitar conflitos futuros.

00:57:23.760 – Outro ponto é a vistoria e aprovação do imóvel pelo Corpo de Bombeiros. Muitas vezes, após a entrega do imóvel, o Corpo de Bombeiros identifica problemas, e o imóvel não pode ser utilizado até a regularização. Entendo que o contrato deve prever que o

prazo para início do pagamento do aluguel comece apenas após a liberação oficial do Corpo de Bombeiros.

00:58:41.319 – Está no mudo, senhor diretor.

00:58:48.200 – Eu havia fechado o microfone. Vamos lá. Conselheiro Vitor, embora estejamos tratando com a proprietária, o contrato será firmado com pessoa jurídica, não com pessoa física. Isso já foi alinhado.

00:59:10.240 – Quanto ao “habite-se” e às exigências do Corpo de Bombeiros, a proprietária fará toda a obra e entregará o prédio com habite-se regularizado. Só então solicitaremos nosso alvará de funcionamento, que é de responsabilidade do ORCISPAR, mas com base em um imóvel já regularizado.

00:59:30.079 – Enquanto órgão público, não podemos ocupar um imóvel sem as devidas autorizações. Portanto, é pré-requisito que a proprietária entregue o imóvel regularizado junto aos órgãos competentes.

01:00:00.599 – Em relação à tributação, houve mudança recente na legislação e ela está ciente de que receberá valor líquido menor. Ela já contratou empresa para fazer a gestão tributária do imóvel.

01:00:07.119 – Notamos que, para ela, é atrativo alugar para um órgão público, pela estabilidade e segurança do contrato de longo prazo.

01:00:25.839 – Como precisamos de prazo contratual de 10 anos, e não podemos ficar à mercê de rescisões antecipadas, esse período atende tanto a nossa necessidade quanto a expectativa da proprietária.

01:01:04.480 – Uma vantagem importante é que, como apresentamos o projeto com divisórias e layout definidos, o habite-se será emitido conforme nossa ocupação final. Isso reduz as chances de termos qualquer dificuldade futura com o alvará.

01:01:29.440 – Na prática, vamos apenas instalar nossas logomarcas, mobiliário e chamar os senhores para a cerimônia de inauguração.

01:01:39.839 – Alguém mais, senhores conselheiros?

01:01:53.000 – O microfone não tinha aberto. Rafael não quer fazer uma intervenção?

01:01:59.039 – Boa noite. Minha dúvida era a mesma do Vitor. Só aproveitando: nesse valor de R\$ 15.000,00, já está incluso o seguro do imóvel ou será pago à parte?

01:02:12.359 – Stephanie, eu não me recordo do detalhe, mas, no pré-contrato que nos enviaram, o seguro do imóvel seria pago à parte. Porém, já está previsto no nosso orçamento, pois hoje já pagamos seguro pelo rateio com o CISPAR.

01:02:31.200 – Manteríamos esse pagamento, apenas mudando a base de cálculo para o novo imóvel.

01:02:36.880 – Tudo bem. Era essa a dúvida mesmo.

01:02:42.279 – Mais alguém, senhores conselheiros?

01:02:51.039 – Bom, desta maneira, sigo para a etapa de votação.

01:02:58.520 – Peço que se manifestem os contrários e que permaneçam em silêncio quem estiver a favor.

01:03:05.880 – Desta maneira, dou como aprovada a locação da nova sede do ORCISPAR.

01:03:12.400 – Obrigado, presidente e conselheiros.

01:03:17.880 – Passando para a última pauta do dia, seriam as notícias. Gostaria de devolver a palavra ao senhor diretor.

01:03:23.200 – Nós tivemos um mês intenso, altamente intenso, com o Jefferson.

01:03:29.119 – Tivemos uma visita a Nova Santa Bárbara, para tratar de assuntos regulatórios. Estivemos lá eu, o Jefferson e o presidente do CISPAR. O prefeito de Nova Santa Bárbara queria dialogar, pois havia diversas questões e preocupações com o sistema.

01:03:56.760 – Também temos acompanhado mais de perto todos os regulados, porque alguns deles, e Nova Santa Bárbara é um exemplo, receberam visitas da concessionária estadual, numa tentativa de expansão sobre os nossos regulados e consorciados.

01:04:28.440 – No mesmo dia, tivemos uma audiência na Câmara de Santo Antônio do Paraíso. Lá, o Jefferson apresentou e eu também falei sobre a tarifa social que os senhores aprovaram hoje. Foi uma reunião muito boa e proveitosa. Os vereadores questionaram, tiraram dúvidas, e a sessão foi transmitida ao vivo pelos canais da Câmara.

01:05:08.119 – Neste mês, também estive em Cascavel, em razão de um outro contexto que vou explicar.

01:05:28.000 – Em 2021, o Governo do Estado criou as microrregiões de água e esgoto. Naquele momento, a situação era relativamente tranquila: quem já era SAMAE continuava SAMAE, autarquias municipais continuavam gerindo seus serviços, e a companhia estadual tocava os contratos que já possuía.

01:05:50.960 – Com a criação das microrregiões, os municípios que já eram atendidos pela concessão estadual, na prática, abriram mão de parte de sua autonomia em favor do Governo do Estado e da companhia estadual de saneamento. Como isso já acontecia há muito tempo, muitos municípios quase não sentiram diferença.

01:06:27.200 – Havia, até então, um ambiente de respeito aos SAMAE, SAAE, SAEMA etc.: o Estado ficava com a sua parte e os municípios com a sua.

01:06:50.760 – Esse ambiente, porém, começou a mudar. Isso já tem nos trazido preocupação.

01:07:03.279 – Este ano, para surpresa de todos, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SEDEST) apresentou seis audiências públicas para discutir um projeto de criação de microrregiões de resíduos sólidos.

01:07:36.760 – Diferentemente da água e esgoto, o tema aqui inclui não só o manejo de resíduos, mas todos os serviços de limpeza urbana: varrição de vias públicas, limpeza de praças, de bueiros, poda de árvores, bem como coleta, destinação e disposição final dos resíduos.

01:08:32.880 – O projeto de lei propõe microrregiões que, na prática, retiram dos municípios a competência sobre limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, concentrando-a no Estado, que assumiria esses serviços e depois faria concessões regionais.

01:09:06.520 – Muitos municípios do Paraná já vêm resolvendo seus problemas de resíduos de forma adequada. O discurso de que o Estado precisa intervir porque há muitos lixões não corresponde integralmente à realidade.

01:09:52.600 – Segundo dados oficiais recentes, no ano passado, o Paraná tinha cerca de 39 lixões. Este ano, entre lixões e aterros controlados, o número caiu para cerca de 33. Ou seja, o Estado vem avançando, mesmo sem microrregiões de resíduos sólidos.

01:10:11.920 – A criação dessas microrregiões, além de retirar a autonomia municipal sobre limpeza urbana e resíduos, tem como objetivo fazer grandes concessões regionais, dividindo o Estado em seis grandes blocos.

01:10:47.400 – O estudo apresentado pelo próprio Governo aponta que essas concessões, do jeito que foram desenhadas, são inviáveis economicamente, com um déficit estimado em R\$ 2,2 bilhões, e, ainda assim, o projeto está sendo defendido.

01:11:27.080 – Fomos pegos de surpresa, inclusive durante um breve período de férias que precisei interromper para acompanhar as audiências públicas.

01:11:54.239 – Participei das seis audiências: Londrina, Maringá, Cascavel, Pato Branco, Ponta Grossa e Curitiba.

01:12:21.480 – Hoje pela manhã, estive em reunião com o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Alexandre Curi, acompanhado do presidente do CISPAR, prefeito de Lobato, Fabinho, para tratar desse assunto, que nos preocupa muito.

01:12:00.600 – Além disso, o Governo do Estado pretende impor a AGEPAR como agência reguladora de resíduos para todo o Paraná, por força de lei, desconsiderando o modelo de regulação hoje existente e a autonomia dos municípios e consórcios.

01:12:21.480 – Diante disso, nos manifestamos contrários em todas as audiências públicas.

01:12:53.600 – Em Londrina, por exemplo, o diretor do SAMAE de Andirá declarou publicamente que ligou para vários prefeitos da região e nenhum sabia das audiências. Faltou divulgação por parte do Estado, e quem acabou informando muitos municípios fomos nós, do ORCISPAR/CISPAR.

01:13:45.440 – Em Cascavel, conversamos com o prefeito e registramos as manifestações contrárias durante a audiência. Em Pato Branco, um servidor do IAT chegou a dizer que achava a proposta, no mínimo, estranha, pois o próprio Estado não teria estrutura suficiente para assumir essa gestão.

01:14:11.000 – Em Ponta Grossa, a prefeita se manifestou contrária. Em Curitiba, conversamos com o vice-prefeito, que também desconhecia o teor completo do projeto. As manifestações, de modo geral, foram críticas à proposta.

01:14:52.880 – Em todas essas audiências, destacamos que o projeto concentra poderes no Estado e retira dos municípios a capacidade de decidir sobre sua própria política de resíduos.

01:15:27.080 – Devem haver contribuições por escrito até amanhã. Muitos dos nossos consorciados estão se manifestando contrários ao projeto.

01:15:59.639 – Nossa defesa é pela autonomia municipal e pela liberdade de escolha da agência reguladora, sem imposição da AGEPAR. Também defendemos que os municípios tenham peso real nas decisões e não apenas voto minoritário em instâncias regionais.

01:16:40.159 – Costumo dizer que sempre reclamamos de “menos Brasília e mais Brasil”. Agora, corremos o risco de ter “mais Curitiba e menos Paraná”, concentrando ainda mais as decisões na capital.

01:17:27.920 – O ORCISPAR é municipalista. Somos fruto da união de dezenas de municípios e defendemos a autonomia municipal não só no discurso, mas na prática.

01:17:59.000 – Tenho dito nas audiências, e está registrado em vídeo, que esse projeto é concentrador e retira a capacidade dos municípios de definir sua própria política de resíduos.

01:18:00.320 – Em resumo, foi esse projeto que me fez rodar o Paraná inteiro, percorrendo mais de 2.000 km em pouco tempo, participando de todas as audiências e articulando com prefeitos, consórcios e parlamentares.

01:18:34.520 – Para encerrar essa parte, apresento também o relatório das nossas atividades de setembro e outubro.

01:18:06.000 – Foram realizadas duas fiscalizações presenciais, nenhuma reunião online, quatro visitas recebidas na sede, 13 visitas presenciais a municípios, uma manifestação na ouvidoria, três participações em eventos, três consultas públicas e duas audiências públicas.

01:18:34.520 – Teremos, na terra do conselheiro Vitor, um evento de suma importância. Se os senhores conselheiros puderem participar, pedimos que manifestem interesse no grupo para avaliarmos a viabilidade de diárias e logística.

01:18:47.560 – No dia 4 de novembro, realizaremos o evento “Saneamento Rural: Desafios e Soluções”, em Marechal Cândido Rondon, nosso regulado mais antigo e município com 100% de atendimento de água e esgoto, urbano e rural.

01:19:01.960 – Não vamos apenas falar sobre saneamento rural; vamos mostrar exemplos na prática, com visita à área rural do município.

01:19:19.920 – Também discutiremos a Resolução nº 26, aprovada por este Conselho, que trata de soluções alternativas de esgotamento, principalmente para áreas rurais.

01:19:56.040 – Já temos confirmadas diversas autoridades: o superintendente nacional de saneamento da ANA (Alexandre), o presidente da ABRAÇAN (que também é diretor-presidente da AGEAN), e dirigentes de agências reguladoras do Mato Grosso e do Espírito Santo, entre outros.

01:20:39.520 – Também está confirmada a presença da FUNASA, com assessor da presidência para abordar recursos para saneamento rural. Haverá ainda participação de secretário de Estado, do presidente da Assembleia Legislativa (que já confirmou agenda) e estamos aguardando confirmação da presidência da Itaipu, grande parceira na área de resíduos.

01:21:22.000 – Representando o consórcio, estarão o presidente Fabinho e o diretor executivo Walter, além de mim e de outros membros da equipe técnica do ORCISPAR, que estarão em painéis específicos.

01:21:56.040 – O prefeito de Turvo será debatedor em uma das palestras. O evento contará com painel político pela manhã e conteúdo mais técnico à tarde.

01:22:05.600 – Convidamos todos os municípios do Paraná a participarem. As inscrições são gratuitas, com emissão de certificado para quem se inscrever.

01:22:24.880 – Gostaríamos muito da presença dos conselheiros. O evento será realizado em um único dia, das 7h30 às 17h30.

01:22:31.560 – Depois vamos compartilhar o link de inscrição no grupo, para facilitar.

01:22:47.560 – Para o conselheiro Vitor, será ainda mais simples, pois estará em casa, literalmente.

01:22:55.560 – Também teremos audiências públicas em outros municípios: no dia 30/10 em Pitangueiras, para tratar de tarifa social, e no dia 24/10 uma reunião com a prefeita de Colorado e sua equipe, para discutir água, esgoto, resíduos e drenagem.

01:23:29.040 – É isso que temos para apresentar nas notícias.

01:23:37.040 – Fico à disposição dos conselheiros, caso queiram algum esclarecimento.

01:23:44.239 – Diretor, eu não sei exatamente qual é o foco do público-alvo do evento de Marechal: se serão prefeitos, diretores de autarquias, operadores ou o público em geral.

01:23:59.040 – Digo isso porque ainda não vi divulgação em Marechal sobre o evento. Achei que seria em outubro e acabei cobrando. Depois me informaram que será em novembro. Falei com o Darci, e ele disse que não tinham comentado nada ainda.

01:24:24.920 – Acho importante cutucar um pouco o diretor do SAAE de Marechal para que convide os municípios vizinhos, prefeitos, diretores de autarquias e demais interessados, senão corremos o risco de ter uma equipe excelente de palestrantes e pouca plateia.

01:25:00.520 – O que fizemos, conselheiro Vitor e demais, foi enviar ofício para todos os prefeitos do Paraná. Para os nossos regulados, estamos falando diretamente com os diretores dos serviços.

01:25:12.920 – Também enviamos convites para deputados estaduais e federais. Alguns já responderam, parabenizando a iniciativa.

01:25:31.080 – É um evento mais técnico, mas de grande relevância para prefeitos, servidores e operadores de saneamento, especialmente pelo enfoque em área rural, que é um desafio em praticamente todos os municípios.

01:25:56.119 – Contudo, reconhecemos que, no dia a dia, muitos municípios acabam não dando a devida atenção a esse tipo de evento, só se mobilizando quando surge um problema maior.

01:26:10.560 – Nós fazemos nossa parte, oferecendo capacitação e debate. E, independente do número de participantes, continuaremos promovendo eventos assim.

01:26:17.880 – De toda forma, me comprometo a ligar amanhã cedo ao diretor do SAAE de Marechal, pedindo que ele reforce o convite aos municípios vizinhos.

01:26:32.400 – Já convidamos todos, mas reforçar nunca é demais, principalmente diante da relevância das autoridades presentes e dos temas que serão tratados.

01:26:45.639 – Concordo com o senhor: precisamos reforçar para termos uma presença robusta.

01:27:00.760 – Era isso. Mais alguma dúvida?

01:27:17.000 – Mais alguém, pessoal?

01:27:23.600 – Obrigado, senhor diretor. Obrigado, senhores conselheiros. Peço permissão para encerrar, senhor diretor.

01:27:31.920 – Desta maneira, que Deus abençoe o restante da semana de todos vocês. Uma boa noite. Dou por encerrada a 28ª reunião do Conselho ORCISPAR.

01:27:38.840 – Até mais, pessoal.

Thiago B. Marin - PRESIDENTE DO CONSELHO

Alexandro Feix – CONSELHEIRO

Rafael C. Machado – CONSELHEIRO

Vitor Giacobbo - CONSELHEIRO